

# A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM ESBOÇO SOBRE UM CAMINHO TEÓRICO-METODOLÓGICO NO CAMPO DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO\*

Jéssica Nascimento Rodrigues,  
da Universidade Federal Fluminense (UFF);

Mary Rangel,  
da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

---

**RESUMO:** A Teoria das Representações Sociais (TRS) tem influenciado a área educacional, já que essa, atualmente, está mais aberta a novas teorias, em processo de rompimento com o paradigma da modernidade, e tem produzido estudos em que a representação social ganha relevo. Objetivou-se, neste artigo, desenvolver os caminhos teórico-metodológicos que sustentam uma pesquisa de doutorado na área de educação, a partir da leitura/do estudo de autores seguidores de Serge Moscovici, criador da referida teoria, interessado pela produção cotidiana do senso comum e pela infiltração da produção científica nesse tipo de conhecimento. Reconheceu-se, na TRS, um largo passo para a compreensão da realidade na fruição com o senso comum, e o cotidiano escolar é um espaço relevante de estudo para esse referencial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Teoria das Representações Sociais. Educação. Caminhos teórico-metodológicos.

---

## 1 PARA DAR OS PRIMEIROS PASSOS

Já que todo trabalho de pesquisa é um prolongamento daquele que o produz e – indubitavelmente, conduzido pelo “olhar” do pesquisador – constitui o resultado de uma opção teórico-metodológica, as questões

---

\* Artigo recebido em 08/08/2012 e aprovado em 22/01/2013.

de estudo são provocações que movimentam a pesquisadora a procurar respostas, mesmo que temporárias, mesmo que incompletas e inconclusas. O tema de pesquisa, o método e, enfim, os caminhos teórico-metodológicos são parte dessa movimentação, pois os pressupostos teóricos que guiam um estudo estão abalizados tanto pela posição social ocupada pela pesquisadora quanto por suas marcas pessoais.

Para responder às inquietações da pesquisadora, e como toda pesquisa implica opção, a Teoria das Representações Sociais (TRS) é, *a priori*, o caminho profícuo escolhido. Tal teoria – datada da década de 1960/1970, criada e difundida em um contexto de crise da modernidade e de proliferação de tantas novas teorias – vem à tona a partir das inquietações do romeno *Serge Moscovici*, preocupado com a produção cotidiana do senso comum (esfera do conhecimento, até então, rechaçada pelas pesquisas em ciências humanas e sociais, pela influência da pesquisa em ciências exatas e naturais) e como a produção científica se infiltra nesse tipo de conhecimento

Hoje, a Teoria das Representações Sociais ganhou espaço significativo no campo das ciências da saúde e das ciências humanas e sociais. Embora tenha sido conduzida a caminhos variados, traçado correntes ora divergentes ora confluentes – o que é bastante produtivo para uma teoria relativamente recente e que tem sido abraçada por tantas áreas –, a TRS influencia a área educacional, já que essa, atualmente, mais aberta a novas teorias, em processo de “rompimento” com o paradigma da modernidade,<sup>1</sup> tem produzido estudos em que a representação social (RS) ganha relevo, sobretudo, quanto a aspectos metodológicos.

Porquanto se fundamenta no conhecimento re-produzido, re-criado, re-difundido no cotidiano da vida comum dos grupos sociais, os quais trazem, dos universos reificados (como é o caso do campo da produção acadêmico-científica), conhecimentos que se acomodam no tecido social, nos universos consensuais (universo em que se manifesta o senso comum) para se tornarem conhecimento prático, as representações sociais e sua teoria serão esboçadas, neste texto; preliminarmente, esforço teórico que se constitui como primeiro passo para a fundamentação das bases da tese de doutorado da pesquisadora.

Neste artigo, em suma, objetiva-se desenvolver os caminhos teórico-metodológicos que sustentarão o desenvolvimento de uma pesquisa de doutorado na área de educação. Portanto, serão também envolvidos alguns fios delineados pela autora em sua pesquisa de mestrado e o contexto de produção de bastantes teorias do campo das ciências humanas e sociais e, em específico, do campo da educação.

## 2 SOBRE A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UM TEXTO PRELIMINAR

A Teoria das Representações Sociais, teoria do senso comum ou teoria do saber ingênuo, contribui com a investigação proposta, uma vez que a pesquisadora tenta compreender como o conhecimento produzido pela ciência – pelos universos reificados – é transformado no tecido social – nos universos consensuais; ou ainda tenta compreender como aquilo que não é familiar é tornado familiar, como aquilo que é distante é tornado próximo para a vida prática cotidiana. Além disso, a referida teoria contribui com as pesquisas que intencionam investigar as representações sociais – formadas nas imbricações do social com o individual ou do coletivo com o psicológico – de grupos específicos.

Procura-se aqui delimitar a Teoria das Representações Sociais, da qual se encetará para adentrar o campo educacional em específico, desviando-se das confusões teóricas comuns a esse campo. É recorrente ouvir em congressos, conferências e encontros da área um desconforto explícito acerca das apropriações, sem critério, tanto da terminologia das representações sociais quanto da própria Teoria das Representações Sociais. É fundamental, dessa maneira, discorrer sumariamente sobre essa teoria a partir da Psicologia Social, campo do qual se originou. Lembra Rangel:

Apesar das resistências, não se pode desconhecer que, no curso de três décadas, tem-se procurado, na Psicologia Social, não só a consolidação como a defesa das conquistas e da estruturação das matrizes. Concomitantemente, defende-se, também, o postulado da amplitude do conceito, evitando-se definições fechadas em traços rígidos, o que se justifica pela complexão do fenômeno. Admite-se, ainda, a polissemia associada à diversidade de entendimento do termo representação: significante de muitos significados. (RANGEL, 1998, p. 74)

Do final da década de 1960 para o início da década de 1970, a Teoria das Representações Sociais foi criada por Serge Moscovici, versada na obra *La psychanalyse, son image et son public*, livro inicialmente escrito em 1961 e retomado no ano de 1976. Moscovici (2003) interessava-se em entender como o conhecimento produzido pela ciência, nos ambientes acadêmicos, por exemplo, era “absorvido”, “aproveitado” ou “adaptado” pelo senso comum e por ele modificado e direcionado, muitas vezes, para a vida prática.

Moscovici (2003), então, descreve dois universos: o universo consensual e o universo reificado. Neste último, “se produzem e circulam as ciências e o pensamento erudito em geral, com sua objetividade, seu rigor lógico e metodológico, sua teorização abstrata, sua compartimentalização

em especialidades e sua estratificação hierárquica” (SÁ, 1995, p. 28). Esse é o universo de mais *status* e que faz uso do senso comum para produzir conhecimento científico, ao mesmo tempo que devolve sua produção ao senso comum em uma relação constante e não linear. No universo consensual, ocorrem “as atividades intelectuais da interação social cotidiana pelas quais são produzidas as representações sociais” (p. 29), ou seja, trata-se do conhecimento mágico, supersticioso, o próprio senso comum.

De acordo com esse mesmo autor, as representações sociais são, portanto, construções psicossociológicas. Não são construções meramente individuais, psicológicas, nem construções sociológicas, coletivas; ou seja, compõem uma “sociedade pensante”, cujos indivíduos não são meros receptáculos de informação ou de conhecimento científico, assim como não são um conjunto ambulante de ideologias e de crenças coletivas. Na verdade, tais sujeitos têm papel ativo na construção das representações sociais, produzindo e reproduzindo visões sobre o mundo e soluções a questões que lhes são colocadas pela própria vida cotidiana.

E nesse “sistema de pensamento”, as representações sociais ocorrem na interação constante entre as esferas do reificado e do consensual, e é por isso que não se trata de uma apropriação *ipsis litteris* daquele universo, coisificado e racional, em detrimento deste. Consoante Moscovici (2003), os sujeitos se apropriam desse conhecimento produzido pela ciência para transformar aquilo que não entendem em algo prático, usual; transformar o que parece distante em próximo.

Jodelet (2001, p. 22) cunhou uma importante definição para as representações sociais, definição essa amplamente utilizada nas referências do campo: “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. Em outras palavras, segundo Rangel (2004), as representações sociais são um guia para a realidade diária, pois é por meio delas que se nomeia e se define o mundo exterior e interior, o sujeito interior e exterior não dicotomicamente.

Em decorrência disso, já que as representações sociais são construções que guiam e auxiliam os sujeitos na vida cotidiana, apesar de serem também um elemento constituinte e constitutivo dos universos reificados, é que Jovchelovitch (2008) passou a chamá-las de *fenomenologia da vida cotidiana*, sobretudo porque, inclusive, direcionam os comportamentos. Ou ainda, por isso, são também chamadas de *saberes práticos*, ao se referirem à experiência; isso é, partindo da experiência, de seus contextos e de suas condições é que, segundo Jodelet (2001), se produzem os saberes práticos

– práticos porque guiam as maneiras de agir sobre o mundo, sobre o outro e sobre nós mesmos. Vale ressaltar até, como alerta Gilly (2001, p. 337), que o estudo das representações sociais não deve ser visto como uma panaceia universal, todavia “permite ampliar nossa compreensão dos fatos estudados, (re)situando-nos em campos mais amplos de significações sociais, dos quais são dependentes”.

Sobre as funções das representações sociais, Abric (2000) as descreve, levando em consideração quatro tipos: 1) função de saber; 2) função identitária; 3) função de orientação; e 4) função justificadora. A primeira função, *de saber*, é a necessidade pura e simples que os sujeitos têm de compreender e explicar a realidade; em outras palavras, “são a manifestação do esforço permanente do homem para compreender e comunicar” (ABRIC, 2000, p. 29). A segunda função, *identitária*, refere-se a características que os grupos têm em comum, definindo sua identidade e, assim, proporciona a proteção de suas especificidades; um grupo qualquer pode supervalorizar alguns de seus caracteres mais específicos, por exemplo, a fim de garantir a positividade da sua imagem. A terceira função, a *de orientação*, é o guia dos comportamentos e das práticas, o que demonstra que as representações sociais não se restringem ao campo meramente simbólico, mas, ao que é deveras relevante; interligam-se às relações concretas. E, nesse mesmo sentido, segue a quarta função, a função *justificadora*, pois permite, *a posteriori*, que os sujeitos justifiquem suas tomadas de posição, de atitude e seus comportamentos.

Gilly (2001), estudando a Teoria das Representações Sociais e a Educação, afirma que o campo educacional sofreu, e sofre, consequências acarretadas por grupos sociais diferentes dos seus, tais como grupos de políticos e de administradores. As marcas deixadas por esses grupos nas escolas, por exemplo, podem ser quase imperceptíveis ou mesmo insuficientes; entretanto, é possível estudá-las, no campo educacional, por meio das representações sociais que “se constroem, evoluem e se transformam no interior de grupos sociais, e para elucidar o papel dessas construções nas relações desses grupos com o objeto de sua representação” (GILLY, 2001, p. 322). Também Rangel (1999; 2004) aponta a importância da Teoria das Representações Sociais, no campo educacional, para a pesquisa acerca do processo de ensino-aprendizagem, sobretudo em função da possibilidade de sua aplicação didática.

A partir da relevância dessa teoria para o campo educacional, pode-se buscar, em Moscovici (2003), uma complementação sobre a importância dos educadores no processo de formação das representações sociais. O autor adita

que as representações são formadas – criadas e transmitidas – por pedagogos, ideólogos e popularizadores da ciência, da cultura e das religiões (como assim os chama) e arremata afirmando que tais papéis sociais têm a importante função de multiplicar, de forma sistemática e explícita, tais representações, até porque são influenciadoras do comportamento individual dentro em uma coletividade. Nesse mesmo sentido, Rangel (2004) aponta que uma das preocupações dos educadores deve, então, focar princípios e práticas que auxiliem o processo de ensino-aprendizagem; afinal “a maneira como os indivíduos adquirem o conhecimento de senso comum, e a quantidade expressiva de informações, valores, crenças, expectativas que esse tipo de conhecimento incorpora e acumula deveriam ser mais considerados nos processos escolares” (RANGEL, 2004, p. 17-18).

O conhecimento produzido nos universos reificados, e nele está a produção científica, sofre certa “distorção” ao chegar aos universos consensuais para sua aplicação na vida “como ela é”, direcionando os comportamentos e as tomadas de atitude, como já apontado por Jodelet:

o fato de a representação ser uma reconstrução do objeto, expressiva do sujeito, provoca(m) uma defasagem em relação a seu referente. Essa defasagem pode ser devida igualmente à intervenção especificadora dos valores e códigos coletivos das implicações pessoais e dos engajamentos sociais dos indivíduos. (JODELET, 2001, p. 36)

Sabe-se que estudos e mais estudos são travados acerca das mais variadas temáticas. Em outras palavras, não se pode negar o avanço científico na sociedade atual. Entretanto, cabe questionar por que vias e de que maneiras esse conhecimento tem penetrado no cotidiano da vida social, da “vida como ela é”. E é na Teoria das Representações Sociais que se encontrou o caminho mais adequado para a proposta de tese, a fim de se investigarem visões ou representações de que professores lançam mão para guiar seus comportamentos e suas tomadas de posição na vida prática da sala de aula, no processo de ensino-aprendizagem e que possuem elementos de ciência historicamente produzidos.

### 3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: ENTRELACES E APROFUNDAMENTO

As representações sociais, saberes do senso comum ou saberes ingênuos, embora se diferenciem do saber científico, são demasiado importantes, uma vez que permeiam a vida social e, quantitativamente falando, é o tipo de pensamento mais mobilizado. Além disso, esse tipo de pensar é entendido por aqueles que se debruçam sobre a Teoria das

Representações Sociais, de certa forma, como a popularização da ciência; em outras palavras, como socialização do pensamento.

Em nosso dia a dia, as pessoas, ao se relacionarem com os objetos, com outras pessoas, com o ambiente – sobretudo no ambiente escolar –, criam certas “teorias” para explicá-los por meio do discurso. Trata-se de um processo psicossociológico de produção de significados, ou seja, trata-se de maneiras de ver, de pensar, de representar o mundo a nossa volta, as quais – mesmo em um ambiente escolar, e especialmente nele –, envolvem elementos de ciência e elementos do senso comum.

Ademais, as representações sociais, como dito, movem o ser humano para a ação e são influenciadas por saberes práticos, o que muito tem interessado a estudos educacionais. Logo, nessa subseção, será feito um delineamento teórico que – embora sintético – intenciona oferecer uma visão panorâmica da Teoria das Representações Sociais e, ao final, sua relevância para a Educação.

Como ponto de partida para se pensar a Teoria das Representações Sociais, Sá (1998) infere que:

Os fenômenos de representação social estão “espalhados por aí”, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais. Eles são, por natureza, difusos, fugidios, multifacetados, em constante movimento e presentes em inúmeras instâncias da interação social. (SÁ, 1998, p. 21)

Serge Moscovici (2003), em 1961, opondo-se à corrente estadunidense de uma psicologia individualista, escreveu sua primeira contribuição à Teoria das Representações Sociais no citado livro *La psychanalyse, son image et son public*, reconhecido como marco de inauguração da teoria. Seu intuito, longe de desenvolver uma teoria que abarcasse uma totalidade científica, era o de entender e explicar por que os pensamentos vulgares, irracionais, supersticiosos – em uma sociedade regida pelo pensamento científico – se firmavam. O autor procurou, para isso, redefinir os problemas e os conceitos de psicologia social e desenvolver uma psicossociologia do conhecimento, no caso, do senso comum, apropriando-se de outras áreas, tais como a sociologia e a antropologia. Conforme Sá (2007), expoente da TRS no Brasil,

Mais do que isso, interessava-lhe erigir aquele conhecimento do senso comum em objeto legítimo de estudo da psicologia social, porque, argumentava, é tal forma de saber e de “pensamento natural” que orienta a maior parte das comunicações e comportamentos na vida cotidiana, em qualquer estrato social. (SÁ, 2007, p. 590)

E, acresce Jodelet (2005), uma das mais importantes seguidoras de Moscovici na França: “Não posso impedir-me de pensar que, nesse movimento, a TRS provocou um rompimento no consenso da tendência dominante. Essa ruptura permitiu a entrada de outras correntes de pensamentos alternativos” (JODELET, 2005, p. 18).

Uma das questões centrais para a Teoria das Representações Sociais é investigar como comunidades diferentes, em diferentes contextos e com diferentes padrões culturais constroem saber sobre o mundo. O “problema” teórico é, portanto, compreender as distintas formas que o conhecimento assume e as diversas racionalidades que o sustentam, contribuindo, logo, para o debate acerca da ambivalência da modernidade e suas maneiras de conceituar as formas de saber. De acordo com Jovchelovitch (2008, p. 84), há “de um lado, uma visão do conhecimento como racionalidade pura, como cognição desprovida de laços emocionais e sociais e, de outro, uma visão que procura reconhecer o enredamento do conhecimento com sujeito e com contexto”.

A *fenomenologia da vida cotidiana* é justamente o interesse que a Teoria das Representações Sociais tem pelos saberes produzidos cotidianamente, “produzidos na, e pela, vida cotidiana” (p. 87); saberes esses legítimos em oposição ao estreitamente garantido pela valorização da dimensão objetivo-cognitiva do conhecimento. A reabilitação do conhecimento do senso comum em oposição ao conhecimento científico, tido como superior, é imprescindível para a Teoria das Representações Sociais.

Daí que, em oposição à visão de que o senso comum e os conhecimentos leigos são carregados de erros, ignorância e distorção, a teoria das representações sociais procura superar a linha demasiado rígida que separa a filosofia do conhecimento e da racionalidade de uma filosofia da experiência e do sentido. O que ela postula é o reconhecimento à sabedoria relativa (e as limitações) de todos os saberes. (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 95)

As representações sociais “Estão ligadas tanto a sistemas de pensamento mais amplos, ideológicos ou culturais, a um estado dos conhecimentos científicos, quanto à condição social e à esfera da experiência privada e afetiva dos indivíduos” (JODELET, 2001, p. 21). Nesse sentido, os diferentes grupos produzem representações sociais diversificadas, mais ou menos próximas dos objetos representados, para o enfrentamento da vida cotidiana (ou seja, com uma finalidade prática) e as têm influenciado por esferas mais coercitivas e dominantes. Abric (2000, p. 27), falando de dentro da abordagem estrutural, ressalta que não há, *a priori*, realidade objetiva porque “toda realidade é representada, quer dizer, reapropriada pelo indivíduo ou pelo grupo, reconstruída

no sistema cognitivo, integrada no seu sistema de valores, dependente de sua história e do contexto social e ideológico que o cerca". Entretanto, acredita-se, sim, que, para além de uma realidade representada, há uma realidade concreta, relações sociais, econômicas, culturais... concretas, e que precisam, muitas vezes, ser ressignificadas.

Vale acrescentar que, com o desenvolvimento da Teoria das Representações Sociais em diversas comunidades científicas, houve também apropriações diferenciadas. Hoje, pode-se reconhecer no mínimo três abordagens: a processual, a estrutural e a societária ou Escola de Genebra. No Brasil, a abordagem amplamente disseminada é a estrutural, cujo representante é Abric (2000; 2001; 2003), com forte influência no Rio de Janeiro. Vale lembrar que as outras abordagens – a processual, representada por Jodelet, (2001; 2005), e a societária, representada por Doise (2001) – merecem mais estudos e valorização no país.

Levando-se em consideração a dinamicidade das representações sociais, sua presença nos mais variados espaços da atividade humana e sua influência sobre as ações, e também em sentido contrário – na influência das ações sobre as representações, afinal trata-se de uma relação dialética –, emergem alguns questionamentos norteadores desta discussão: Como são construídas essas representações? São construídas individualmente ou coletivamente? São, portanto, psicossociológicas, ou seja, não são elaborações estritamente individuais/psicológicas, nem estritamente coletivas/sociais.

Para Moscovici (2003), descrever, ou melhor, conceituar as representações sociais, teria o risco do reducionismo conceitual. Mas, apesar disso, a definição que parece melhor sintetizar e/ou esclarecer essas representações, levando-se em conta a complexidade da teoria, é a de Jodelet (2001), já apontada neste texto.

As representações sociais, também conhecidas como saberes práticos ou saberes ingênuos, são verdadeiras teorias criadas/assumidas no cotidiano por grupos concretos, para ler o mundo, para ler a realidade, para ler a visão que temos da realidade. E, indubitavelmente, utilizam-se muito mais do senso comum que do conhecimento científico na orientação das ações cotidianas. Além disso, uma vez seres históricos, para construirmos nossas representações sociais, temos uma "lente" que engloba nossas crenças, nossos valores.

Ao criar/recriar uma representação social, não apenas dizemos algo sobre a realidade, mas dizemos algo sobre nós próprios. A representação é tanto uma construção quanto uma expressão do sujeito e, portanto, a ele o objeto está ligado. Moscovici, nas palavras de Sá (1996), justifica a conexão do adjetivo "sociais" ao substantivo "representações", traçando aproximações

e distanciamentos entre três tipos de representações: representações “hegemônicas”, representações “emancipadas” e representações “polêmicas”. As representações *hegemônicas*, mesmo não sendo produzidas por um determinado grupo, circulam e se reproduzem dentro dele. “Essas representações *hegemônicas* prevalecem implicitamente em todas as práticas simbólicas ou afetivas. Elas parecem ser uniformes e coercivas” (MOSCOVICI, 1988, apud SÁ, 1996, p. 39), parecendo-se, portanto, com as representações coletivas<sup>2</sup> de Durkheim. Moscovici (2003) não considerou um erro a teoria das representações coletivas, mas apropriou-se delas e as valorizou. No caso das representações *emancipadas*, elas configuram-se como “consequência da circulação do conhecimento e das ideias pertencentes a subgrupos que se encontram em contato mais ou menos estreito. Cada subgrupo cria a sua versão e a partilha com os outros” (SÁ, 1996, p. 40). E o terceiro tipo de representação social, as representações *polêmicas* dão-se no interior dos conflitos sociais e, por conseguinte, não são compartilhadas pela sociedade como um todo:

Elas são determinadas por relações antagonísticas entre seus membros e orientadas para serem mutuamente exclusivas. Essas representações polêmicas devem ser vistas no contexto de uma oposição ou luta entre grupos e são frequentemente expressas em termos de um diálogo com um interlocutor imaginário. (MOSCOVICI, 1988, apud SÁ, 1996, p. 40)

Esses campos conduzem a compreender não apenas o porquê de as representações serem “sociais”, mas ainda nos proporcionam a compreensão de que nem tudo é objeto delas, conforme nos alerta Sá (1998), ao discorrer que a diversidade de problemas pesquisados no campo das representações sociais é tão vasto que “se corre o risco de sua apresentação parecer uma espécie de “catálogo de supermercados, com produtos para todos os gostos e recursos” (SÁ, 1998, p. 34). Os objetos de representação podem ser sociais – como a torcida de um time de futebol; podem ser materiais – como a arquitetura de Brasília; ou ainda podem ser ideais – como a justiça ou mesmo a educação ambiental. Ademais, alguns grupos representam objetos que não são representados por outros grupos por não constituírem uma realidade próxima.

Dessa forma, nesse sistema de pensamento, Moscovici (2003) diferencia dois universos – os universos consensuais e os universos reificados – dentre os quais, o primeiro seria o das representações sociais. Nos universos reificados, em outras palavras, coisificados, circulam as ciências e os pensamentos eruditos em geral; nos universos consensuais estão as interações sociais do cotidiano (SÁ, 1995). Porém, percebe-se essa separação em dois universos

como uma construção didática, pois se acredita na interpenetração desses universos em que os reificados inferem sentidos apropriados pelos consensuais, assim como os consensuais são ressignificados e ressignificantes dos universos reificados.

Moscovici (1976), de acordo com Jovchelovitch (2008), para a teorização desses dois universos, busca subsídios em Piaget e em Levy-Bruhl: do primeiro autor, usufrui da conceituação de pensamento infantil e de pensamento adulto; do segundo, apropria-se dos conceitos de pensamento primitivo e de pensamento civilizado. O pensamento infantil e primitivo, no caso, o universo consensual, são as superstições, as religiões, enfim, o pensamento predominante; o pensamento adulto e civilizado, ou o universo reificado, são os aspectos racionais, lógicos, em que o objeto se impõe. Essa é uma categorização que dá espaço a críticas a uma percepção hierarquizante das dimensões das representações, reificando o racionalismo e o pensamento científico como a compreensão fim, ainda mais que ele entendia os universos consensual e reificado em uma relação dialética e não hierarquizada. Nessa elaboração teórica das representações sociais, o senso comum, portanto, ganha fundamental relevância.

Há, então, indissociáveis, dois elementos formadores das representações sociais: a ancoragem, de caráter figurativo; e a objetivação, de caráter simbólico. A ancoragem é o ato de classificar ou denominar um objeto da representação social; a objetivação é o fato de dar uma forma específica, uma imagem, a esse objeto (SÁ, 1995). É como se, ao ancorar, tivéssemos que atribuir uma figura, materializá-la, não verbalmente, processo que se dá imbricado. Ou melhor, partindo de um pensamento pré-existente, a ancoragem integra a ele um objeto ou sujeito representado e, nas palavras de Jodelet (2001, p. 39), “a ancoragem serve para a instrumentalização do saber, conferindo-lhe um valor funcional para a interpretação e gestão do ambiente. Assim, dá continuidade à objetivação”. Quanto a essa, atribui uma forma ao conhecimento que tem acerca de um objeto, como Jodelet (2001, p. 39) também infere: “A naturalização das noções lhes dá valor de realidades concretas, diretamente legíveis e utilizáveis na ação sobre o mundo e os outros”. No entanto:

O fato de que isso ocorra sob o peso da tradição, da memória, do passado, não significa que não se esteja criando e acrescentando novos elementos à realidade consensual, que não se esteja produzindo mudanças no sistema de pensamento social, que não se esteja dando prosseguimento à construção do mundo de ideias e imagens em que vivemos. (SÁ, 1995, p. 37)

Em suma, a teoria de Moscovici sofreu fortes influências, ora comungando, ora discordando de Durkheim, Lévy-Bruhl, Piaget e Freud. O psicólogo social discordou principalmente do evolucionismo linear, da existência de formas superiores e inferiores de saber, da noção de progresso para superação de mitos, de crenças, de superstições e de sentidos comuns; e discordou ainda da ideia de racionalidade pura e de *continuum* progressivo. No entanto, entendeu de Durkheim que as representações coletivas têm caráter de fato social, força material e resistência à mudança; de Lévy-Bruhl apreendeu que há a descontinuidade do pensamento lógico, a coexistência de diferentes racionalidades (valorização do pensamento primitivo/senso comum) e a transformação e ressignificação das representações sociais; reconheceu com Piaget que existe o aspecto criativo, as transformações do conhecimento e o movimento de uma estrutura a outra; e com Freud, comungou a coexistência de diferentes lógicas: o imaginado ou o desejado (construções psicológicas) são tão reais quanto o concreto (JOVCHELOVITCH, 2008). Moscovici chega, dessa forma, ao conceito de *polifasia cognitiva*:

A coexistência de sistemas cognitivos deve ser a regra, ao invés da exceção [...] mesmo grupo e, *mutatis mutandis*, a mesma pessoa, são capazes de empregar diferentes registros lógicos nos campos que eles se relacionam com perspectivas, informação e valores, que são distintos a cada um [...]. De modo geral, pode-se dizer que a coexistência dinâmica – interferência ou especialização – de diferentes modalidades de pensamento correspondentes a relações específicas entre o homem e seu contexto social estabelecem um estado de polifasia cognitiva. (MOSCOVICI, 1976, apud JOVCHELOVITCH, 2008, p. 124)

Um mesmo grupo, ou um mesmo sujeito, ou ainda um mesmo contexto formam um híbrido de saberes e de racionalidades. Isso posto, confirma-se o fato de que os seres humanos procuram por recursos, todo o tempo, que essa diversificação de saberes lhes oferece, longe de se aprisionarem ao conhecimento considerado superior. Dessa forma, Jodelet (2001) lembra que as representações sociais passam, portanto, por elementos afetivos, mentais e sociais, atravessando também a realidade material, social e ideativa e, ainda, lado a lado da cognição, da linguagem e da comunicação.

Abric (2000) ainda constrói a Teoria no Núcleo Central,<sup>3</sup> isso é, toda representação social possui um elemento (ou elementos) duro, consensual, resistente à transformação e possui elementos periféricos, móveis, tolerantes às contradições, mais facilmente modificados; no entanto, mesmo modificados, acabam por proteger o núcleo central de uma representação. Isso não quer dizer que as representações sejam sempre reproduzidas e

sempre reconstruídas em torno de sua significação reorganizadora, mas quer dizer, sim, que a mudança é especialmente difícil, ou seja, trata-se de um duplo sistema que torna as representações

estáveis e rígidas, posto que determinadas por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores partilhado pelos membros do grupo; móveis e flexíveis, posto que se alimentando das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos e os grupos. (ABRIC, 2000, p. 34)

Vale esboçar até a ideia de zona muda, também cunhada por Abric (2005), no sentido de que existem dois componentes das representações sociais: um explícito, que é facilmente verbalizado; e um não verbalizado, no caso, a zona muda, da qual o sujeito tem consciência, mas prefere não expressar. A zona muda, uma vez contranormativa, é um tipo de representação adormecida ou escondida por conta das ditas normas sociais e “visam a conformar as pessoas ao discurso político e socialmente correto, a mantê-las em adequação com seu grupo de pertença ou seu grupo de referência” (ABRIC, 2005, p. 27).

Enfim, as representações influenciam o comportamento do indivíduo em sua coletividade, fazem com que, para além de se constituírem percepções acerca da realidade, os grupos tomem atitudes em relação a ela. Daí entende-se mais uma contribuição da Teoria das Representações Sociais que é a relação inextricável entre a formação das percepções e as práticas, entre o simbólico e o material, a que Jovchelovitch (2000, p. 41) tão bem finaliza: “Se há uma concepção sobre a condição humana subjacente a esta teoria, essa certamente se apoia sobre um entendimento do ser humano como sujeito, sujeito da sociedade e da história e ao mesmo tempo sujeito à sociedade e à história”.

Dessa maneira, tendo as representações sociais funções de relevância para o cotidiano, mormente quando se representa algo que moverá o sujeito para uma ação ou que justifique as suas ações, fica clara a conveniência de se estudarem as representações sociais no campo educacional. Além disso, Sá, ao traçar as áreas que considera de maior consistência quanto ao interesse de pesquisadores, identifica a educação como a quarta área temática e cita as autoras Alda Alves-Mazzotti e Ângela Almeida como importantes expressões nessa discussão. Lembra ainda que “os temas relacionados à educação, em sentido amplo, são quase co-extensivos da própria vida cotidiana, onde é amplamente mobilizado o conhecimento das representações sociais” (SÁ, 1998, p. 39).

#### 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O QUE VIRÁ

O que estamos sugerindo, pois, é que pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam. Nas ruas, bares, escritórios, hospitais, laboratórios etc., as pessoas analisam, comentam, formulam “filosofias” espontâneas, não oficiais, que têm um impacto decisivo em suas relações sociais, em suas escolhas, na maneira como eles educam seus filhos, como planejam seu futuro etc. Os acontecimentos, as ciências e as ideologias apenas lhes fornecem o “alimento para o pensamento”. (MOSCOVICI, 2003, p. 45)

Neste texto, não se propôs discutir a fundo a Teoria das Representações Sociais, tampouco adentrar suas diversas abordagens. Em superficial, trouxe à baila uma visão panorâmica sobre o que vem a ser essa teoria e a sua importância na discussão da temática educacional, já que cada vez mais estudos recorrem a essa teoria; todavia, muitas vezes, de maneira fragilizada, ou não recorrem nem mesmo à teoria, mas a um conceito de representação social completamente desfigurado.

Como os universos reificados propagam informações, e os universos consensuais se apropriam delas significando-as/ressignificando-as, assim como em sua reciprocidade, uma vez que existe uma defasagem com relação ao referente, é compreensível a preocupação em se ressaltar tal discussão não apenas na escola. Sobretudo, há que enfatizar a linha diáfana que separa o formal do não formal (ou mesmo a linha que separa a escola da universidade), o que, na verdade, é um prolongamento de um no outro.

Sendo as representações sociais construções transformadoras do não familiar em familiar, do desconhecido ou do pouco conhecido em “conhecido”, trazendo dos universos reificados para os universos consensuais suas contribuições, e levando-se em conta que tais percepções da realidade movimentam os sujeitos para a ação – havendo inclusive um compromisso psicossocial – e que, no sentido inverso, a realidade concreta é formadora também dessas percepções, as representações sociais, no campo das ciências humanas e sociais, são um importante indicativo de que a produção científica, ao chegar aos espaços educativos, é transformada, e é isso que muito interessa à pesquisadora.

Nesse sentido, Alves-Mazzotti e Gewandszadner (1999) deixam evidente que não existem métodos a serem sempre seguidos à risca, mas existem, sim, métodos adequados ou inadequados para aquilo que se quer investigar, inclusive, devendo-se levar em consideração aquele que se investiga. Partindo dessa afirmação, reconhece-se na Teoria das Representações

Sociais um largo passo para a compreensão da realidade na fruição com o senso comum.

Em suma, não se pretendeu aqui apresentar o quadro teórico-metodológico completo a ser desenvolvido na tese de doutorado da pesquisadora. No entanto, procurou-se rascunhar a Teoria das Representações Sociais como um importante campo de estudos e pesquisas para as ciências humanas e sociais e, mormente, para a área da educação.

---

#### THE SOCIAL REPRESENTATIONS THEORY: AN OUTLINE OF A THEORETICAL-METHODOLOGICAL PATH IN THE FIELD OF EDUCATION RESEARCH

**ABSTRACT:** The Social Representations Theory (SRT) has influenced the education field in that it is now more open to new theories, in the process of breaking with the paradigm of modernity and has produced studies in which Social Representation gets emphasis. The aim of this article was to develop the theoretical and methodological paths underlying doctoral research in education taking as its starting point the reading/study of followers of Serge Moscovici, creator of the above-mentioned theory, interested in the day-to-day production of common sense and the infiltration of scientific production into this type of knowledge. It is recognized that the SRT is a giant step toward understanding the enjoyment of reality with common sense, and school routine is a relevant study for this reference.

**KEYWORDS:** Social Representations Theory. Education. Theoretical and methodological paths.

---

---

#### LA TEORÍA DE LAS REPRESENTACIONES SOCIALES: UN BOSQUEJO DE UN CAMINO TEÓRICO METODOLÓGICO EN EL CAMPO DE LA INVESTIGACIÓN EN EDUCACIÓN

**RESUMEN:** La Teoría de las Representaciones Sociales (TRS) ha influenciado al área educacional, ya que esta actualmente está más abierta a nuevas teorías, en proceso de rompimiento con el paradigma de la modernidad y ha producido estudios en los que la Representación Social ha ganado relieve. Se objetivó, en este artículo, desarrollar los caminos teórico metodológicos que sostienen una investigación de doctoramiento en el área de educación a partir de la lectura/del estudio de autores seguidores de Serge Moscovici, creador de la referida Teoría, interesado por la producción cotidiana del sentido común y por la infiltración de la producción científica en ese tipo de conocimiento. Se reconoció, en la TRS, un largo paso para la comprensión de la realidad en la satisfacción con el sentido común, y el cotidiano escolar es un espacio relevante de estudio para ese referencial.

**PALABRAS-CLAVES:** Teoría de las Representaciones Sociales. Educación. Caminos teórico metodológicos.

---

## NOTAS

1. A referida tese é defendida por alguns autores contemporâneos, dentre eles Santos (2007), o qual traça o advento de um paradigma emergente – “paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente” – que se baseia na crítica à ciência moderna e, logo, na crítica à epistemologia hegemônica.
2. As representações coletivas são mais abrangentes, permanentes, externas, autônomas, independentes, coercitivas e impostas; as representações sociais são específicas da vida cotidiana, mutáveis e produzidas na e pela interação social.
3. A Teoria do Núcleo Central é uma ramificação da Teoria das Representações Sociais que segue a abordagem estrutural.

## REFERÊNCIAS

- ABRIC, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Org.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: AB, 2000. p. 27-37.
- ABRIC, J-C. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 155-171.
- ABRIC, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais: desenvolvimentos recentes. In: CAMPOS, P. H. F.; LOUREIRO, M. C. S. (Org.) *Representações sociais e práticas educativas*. Goiânia: Editora UCG, 2003. p. 37-57.
- ABRIC, J-C. A zona muda das representações sociais. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. F. (Org.). *Representações sociais: uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 20-34.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.
- DOISE, W. Atitudes e representações sociais. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 187-203.
- GILLY, M. As representações sociais no campo da educação. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 321-341.
- JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.
- JODELET, D. Representações sociais – história e avanços teóricos: vinte anos da teoria das representações sociais no Brasil. In: OLIVEIRA, D. C.; CAMPOS, P. H. F. (Org.). *Representações sociais, uma teoria sem fronteiras*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005. p. 11-21.
- JOCVHELOVITCH, S. *Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOCVHELOVITCH, S. *Os contextos do saber – representações, comunidade e cultura*. Petrópolis: Vozes, 2008.

MOSCOVICI, S. O fenômeno das representações sociais. In: DUVEEN, G. (Org.). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 29-109.

RANGEL, M. *A pesquisa de representação social como forma de enfrentamento de problemas socioeducacionais*. Aparecida: Ideias & Letras, 2004.

RANGEL, M. Das dimensões da representação do 'bom professor' às dimensões do processo de ensino-aprendizagem. In: TEVES, N.; RANGEL, M. (Org.). *Representação social e educação*. Campinas: Papirus, 1999. p. 47-77.

RANGEL, M. A pesquisa de representação social na área de ensino-aprendizagem: elementos do estado da arte. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 79, n. 193, p. 72-85, set./dez. 1998.

SÁ, C. P. de. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 19-45.

SÁ, C. P. de. *Núcleo central das representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1996. 190 p.

SÁ, C. P. de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 110 p.

SÁ, C. P. de. As representações sociais na história recente e na atualidade da psicologia social. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. (Org.). *História da psicologia: rumos e percursos*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2007. p. 587-602.

SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

---

JÉSSICA NASCIMENTO RODRIGUES: graduada em Letras (Português/Inglês) pela Universidade do Estado de Minas Gerais (2000); especialista em Educação pela Universidade Federal de Lavras (2002) e em Revisão de Texto pela Faculdade Grande Fortaleza (2012); mestre em Educação pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2010); doutoranda em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com bolsa CAPES.

E-mail: jessicarbs@gmail.com

---

---

MARY RANGEL: doutora em Educação Brasileira, pela UFRJ, com Pós-Doutorado em Psicologia Social, pela PUC/SP; pesquisadora Nível 2 do CNPq; professora da área de Ensino-Aprendizagem da UERJ, na Faculdade de Ciências Médicas/FCM; integrante do Programa de Pós-Graduação em Ciências Médicas/PGCM, na linha de pesquisa sobre Informação e Educação em Saúde; professora de Didática na Faculdade de Educação da UFF; participa do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGEUFF no Campo de Pesquisa de Estudos do Cotidiano das Camadas Populares.

E-mail: [mary.rangel@lasalle.org.br](mailto:mary.rangel@lasalle.org.br)

---